

Onésimo Silveira, A Democracia em Cabo Verde, Lisboa, Edições Colibri, Março de 2005, 257 páginas.

Em meados dos anos 1990, instado a comentar a vaga de democratização que então se estendia pela África subsariana, o politólogo africano Gavin Williams caucionou contra um optimismo prematuro em relação a uma putativa nova era democrática no continente. O lema em política africana, advertiu, é que «no fim da luz há um túnel», para usar a expressão de René Lemarchand.

Os últimos dez anos têm em larga medida confirmado a previsão de Williams e Lemarchand. A própria experiência lusófona ilustra bem os desafios à consolidação democrática no continente africano. Os cinco países africanos de língua oficial portuguesa iniciaram processos de democratização na década de 1990, com a realização das primeiras eleições democráticas desde a sua independência. Mais de dez anos depois, apenas um destes países — Cabo Verde — surge classificado com o nível máximo de liberdade (*most free*) da *Freedom House*, com uma avaliação da liberdade política e cívica ao nível da generalidade das democracias consolidadas, incluindo Portugal¹.

¹ Dos restantes, a Guiné-Bissau e Angola surgem no relatório de 2005 na categoria de *not free*, Moçambique como *partially free*; e São Tomé e Príncipe como *free*, embora não tendo a classificação máxima de liberdade política e cívica da *Freedom House*.

O livro de Onésimo Silveira vem assim ajudar a explicar esta excepção cabo-verdiana. Apesar de constituir um surpreendente caso dissonante no contexto africano — não apenas em termos políticos, como também económicos —, a verdade é que o «caso (felizmente) anómalo» de Cabo Verde ainda está longe de ser plenamente anatomizado na literatura existente.

A análise de Silveira sobre a democracia em Cabo Verde é uma análise ampla, quer em termos disciplinares, como em termos da profundidade dos pressupostos históricos que abarca. Sobressai também a natureza ensaística dos vários capítulos deste livro, algo de inevitável tendo em conta que esta obra é essencialmente um conjunto de ensaios e artigos do autor. Como o próprio autor reconhece, tal delimita o âmbito deste livro à apresentação, «indirectamente, de pistas de análise do regime democrático em Cabo Verde, com particular relevância dos pressupostos culturais e da ossatura institucional que lhe conferem forma e expressão» (p. 9).

De igual modo, o facto de o autor ser uma figura pública (*inter alia*, fundador do Partido do Trabalho e Sociedade, antigo presidente da Câmara Municipal do Mindelo e actualmente embaixador de Cabo Verde em Portugal) não pode ser ignorado. Em particular, ajuda a compreender alguns dos capítulos mais controversos — mas também mais centrados em epifenómenos da recente história da política cabo-verdiana — do livro, escritos sobretudo na fase de estertor do MPD no poder em 2000. De igual

modo, explica a natureza didáctica de grande parte do livro, compreensível na medida em que o presumível público-alvo deste livro vai consideravelmente para além da comunidade académica.

O ponto de partida do livro, na primeira parte, intitulada «Pressupostos», é uma análise da democracia cabo-verdiana, alicerçada implicitamente em modelos explicativos da cultura política *latu sensu*. É sobretudo nesta primeira parte que a dimensão pluridisciplinar desta obra é evidenciada. O livro começa assim com a própria génese da nação cabo-verdiana. Como o autor refere, Cabo Verde nasce de um «processo contínuo de miscigenação de sangue e miscigenação de cultura», resultante da «colonização portuguesa, que sem o programar, tinha criado nas ilhas desertas uma sociedade nova» (pp. 33 e 45). De facto, vale a pena salientar a amplitude histórica desta obra. Embora o autor, por vezes, adopte uma certa romantização do processo de criação de Cabo Verde, a busca de raízes explicativas mais profundas é, sem dúvida, um dos aspectos mais notáveis desta obra.

O impacto desta dimensão genética para a forma política de Cabo Verde no pós-independência é explicitado na própria introdução do livro, sendo para Silveira revelador do «forte substrato ocidental da cultura política e institucional» do arquipélago (p. 10). Aliás, a análise desta dimensão genética ilustra também o interesse pluridisciplinar do autor, não excluindo as próprias teses biológicas de Almerindo Lessa em relação à

identidade cabo-verdiana (pp. 36-38). Teria, contudo, sido interessante confrontar esta análise com os dados do inquérito *Afrobarómetro* de 2002, que pelo menos em parte questionam a dimensão de identidade europeia dos cabo-verdianos. De facto, questionados se se sentem como africanos ou como europeus, 82% dos inquiridos afirmaram sentir-se africanos, contra apenas 6% que se consideraram europeus ou mais europeus do que africanos.

O livro analisa de forma interessante a própria criação da identidade cabo-verdiana. Efectivamente, Silveira ilustra não só que o mestiço cabo-verdiano é portador de uma cultura e identidade própria, resultante de um processo de assimilação e integração cultural, mas também o processo gerador desta identidade própria. Cabo Verde torna-se assim o *melting pot* que funciona e onde «o mestiço não é assaltado pela dúvida metafísica» (p. 39). A evolução da criação identitária é de particular interesse aqui, sobretudo na ligação que o autor faz entre os primórdios do movimento nativista e o pensamento político de Amílcar Cabral (capítulo 8). Se é verdade que a análise do autor é inevitavelmente espartilhada pelo facto de esta ser uma colecção de textos, Silveira aponta aqui pistas interessantes para compreender as raízes mais próximas da identidade política cabo-verdiana.

Ao mesmo tempo, o livro apresenta também reflexões mais amplas do autor que vão para além da análise de Cabo Verde. De notar sobretudo o capítulo 4, em que é não só

analisada a terceira vaga de democratização na África subsariana, mas a própria tese de fim da história de Fukuyama. Escrito em plena fase de expansão da democracia no continente africano, o texto de Silveira indicia pessimismo em relação a este processo. Em parte, este pessimismo deriva da análise cultural que predomina nesta obra, notando o autor a ausência das realidades sócio-culturais necessárias para o enraizamento da democracia (p. 87). Contudo, o autor também salienta os riscos de uma «democratização exógena», como a que aconteceu em muitos países africanos. Efectivamente, como o caso do Quênia sob Arap Moi nos anos 1990 demonstrou, os condicionalismos democráticos dos doadores internacionais podem ser subvertidos, confirmando a velha máxima de *fatta la legge, trovato l'inganno*. Nesse sentido, compreende-se o apelo a uma «africanização da democracia» (p. 88) de Silveira e a sua ênfase sobre a componente liberal (em oposição à componente meramente eleitoral) da democracia.

Não deixa de ser irónico que Cabo Verde seja o caso de sucesso da democratização na África lusófona quando a própria viabilidade de Cabo Verde como Estado independente era questionada não só por figuras proeminentes do movimento nativista cabo-verdiano («Independência? Para Cabo Verde? Para estas pobres e abandonadas rochas atiradas ao mar?») — Eugénio Tavares, cit. in Silveira, p. 136); mas também

Cabo Verde pós-1975. Pedro Pires, primeiro chefe do governo de Cabo Verde, descreve o seu sentimento na véspera da independência de Cabo Verde como o de «um coxo a quem tinham tirado a muleta e que agora teria de caminhar sozinho, com os seus próprios meios»², reflexo dos desafios que a independência implicava para um país ultraperiférico como Cabo Verde.

Trinta anos depois, Cabo Verde ilustra que também no fundo do túnel pode haver luz. Nesse sentido, a experiência cabo-verdiana poderá ser de enorme relevo no contexto comparativo da democratização africana. Esta obra de Onésimo Silveira apresenta pistas e hipóteses úteis que certamente contribuirão para a inevitável e necessária investigação futura sobre a experiência política cabo-verdiana.

CARLOS JALALI